

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

57ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

· Câmara dos Deputados ·

Local: Anexo II, Plenário 14

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

24/03/2026 – 16h00

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, em horário regimental, no plenário da Câmara dos Deputados, realizou-se reunião extraordinária de audiência pública da Comissão de Minas e Energia, com a finalidade de debater alternativas de financiamento ao setor de energia renovável, em virtude dos impactos decorrentes dos cortes de geração (*curtailment*), em atendimento ao Requerimento nº 140/2025, de autoria do Deputado Paulo Guedes. A sessão ocorreu de forma semipresencial, contando com a participação de parlamentares, representantes de entidades do setor elétrico, associações e demais convidados.

https://www.youtube.com/watch?v=n5qK_POrev0

1. A reunião foi aberta pelo presidente da Comissão de Minas e Energia (CME), Deputado Joaquim Passarinho, que após cumprimentar os presentes, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento, destacando a relevância do tema e a importância da contribuição dos especialistas convidados para o aprimoramento das políticas públicas do setor.
2. Em sua fala inicial, o Deputado Paulo Guedes ressaltou que o objetivo da audiência consistia em promover um debate qualificado acerca dos desafios enfrentados pelo setor de energia renovável, especialmente no que se refere ao financiamento de projetos diante do cenário de incertezas provocado pelos cortes de geração, enfatizando a necessidade de construção de soluções estruturais

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

☎ (061) 3542-6146

e sustentáveis.

3. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Massami Uyeda Júnior, advogado especializado em energia renovável. Inicialmente, ele destacou sua experiência profissional de aproximadamente trinta e cinco anos na área de infraestrutura, com atuação voltada à estruturação e regulação de projetos. Em sua manifestação, ressaltou que o financiamento de empreendimentos no setor de energia, especialmente aqueles relacionados às fontes renováveis, está intrinsecamente condicionado à existência de um ambiente regulatório estável, previsível e juridicamente seguro. O advogado enfatizou que projetos de infraestrutura possuem características específicas, tais como elevado volume de investimentos e horizonte de retorno de longo prazo, o que demanda, por parte dos agentes financiadores e investidores, confiança nas regras estabelecidas e na sua manutenção ao longo do tempo. Nesse sentido, destacou que a ausência de previsibilidade regulatória e eventuais alterações nas condições originalmente pactuadas, impactam diretamente a percepção de risco do setor, dificultando a estruturação de financiamentos e comprometendo a viabilidade econômica dos empreendimentos. Ademais, acrescentou que a discussão acerca de alternativas de financiamento não deve se restringir à criação de novos instrumentos financeiros, sendo imprescindível o fortalecimento das bases institucionais e regulatórias do setor elétrico, de modo a assegurar condições adequadas para a atração de investimentos. Destacou, nesse contexto, que a estabilidade normativa constitui elemento essencial para o desenvolvimento sustentável da matriz energética nacional. Por fim, ele registrou que sua contribuição se dava de forma independente, com o objetivo de colaborar para o aprimoramento do debate, ressaltando a necessidade de continuidade das discussões no âmbito institucional, a fim de promover maior segurança jurídica e previsibilidade ao setor.

4. Na sequência, foi concedida a palavra à representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), Isabella Sene, que destacou que a discussão sobre financiamento do setor deve necessariamente considerar o contexto dos cortes de geração renovável e a falta de previsibilidade regulatória. Ressaltou que houve pedidos de revogação de outorgas em volume significativo, além de perdas bilionárias de investimentos, o que tem impactado negativamente a geração de empregos, a arrecadação e a confiança dos investidores. Destacou ainda a necessidade de

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

avanço regulatório e de maior segurança jurídica para viabilizar a retomada dos financiamentos. Também foi ressaltado que instituições financeiras públicas, têm reavaliado o risco do setor que passou a ser percebido como de alta incerteza, dificultando a concessão de crédito e comprometendo a sustentabilidade econômica dos empreendimentos já financiados, sendo discutida, inclusive, a possibilidade de suspensão temporária de pagamentos de dívidas (*standstill*) como medida emergencial.

5. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi concedida a palavra ao Sr. Francisco Silva, Diretor Técnico Regulatório na ABEEólica, que em sua exposição abordou os impactos econômicos e operacionais enfrentados pelo setor de energia renovável, com ênfase nas dificuldades decorrentes do atual cenário de cortes de geração (*curtailment*) e suas implicações sobre a sustentabilidade dos empreendimentos. Ele destacou que a redução compulsória da geração tem ocasionado perdas significativas na produção de energia, afetando diretamente a receita dos agentes e comprometendo a previsibilidade financeira dos projetos. Ainda ressaltou que tal cenário impõe desafios adicionais à gestão dos empreendimentos, especialmente no que se refere ao cumprimento de obrigações contratuais e financeiras assumidas junto a instituições credoras. Ademais, foi enfatizado que a recorrência desses eventos tem contribuído para o aumento da percepção de risco no setor, impactando negativamente o ambiente de negócios e dificultando a atração de novos investimentos, sobretudo em projetos de geração renovável que demandam elevado aporte de capital e apresentam horizonte de retorno de longo prazo. Por fim, salientou a necessidade de adoção de medidas que promovam maior estabilidade e previsibilidade ao setor elétrico, de modo a mitigar os efeitos adversos dos cortes de geração e assegurar condições adequadas para a continuidade dos investimentos e o desenvolvimento sustentável da matriz energética nacional.

6. Na sequência, foi concedida a palavra ao Sr. Victor Iocca, Diretor de Energia Elétrica na ABRACE, que apresentou considerações acerca dos desafios regulatórios e econômicos enfrentados pelo setor elétrico, com ênfase nos impactos dos cortes de geração (*curtailment*) sobre a dinâmica de mercado de geradores renováveis e a sustentabilidade dos empreendimentos de energia renovável, como exemplo o segmento de micro e mini geração distribuída que vem crescendo de forma exponencial.

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

O expositor destacou a relevância da adequada alocação de custos e riscos no setor, ressaltando que distorções nos mecanismos de precificação e na distribuição de encargos podem gerar ineficiências econômicas, afetando tanto os agentes geradores quanto os consumidores finais. Nesse contexto, mencionou a importância de aperfeiçoamentos nos instrumentos regulatórios, de modo a promover maior transparência e racionalidade econômica no setor elétrico. Ademais, enfatizou a necessidade de revisão de encargos setoriais e de aprimoramento dos sinais econômicos, especialmente no que se refere à formação de preços e à realização de leilões de capacidade, destacando que tais medidas são essenciais para garantir o equilíbrio do sistema e evitar a elevação indevida de custos ao consumidor. Ademais, ressaltou que o fortalecimento do ambiente regulatório, aliado à adoção de mecanismos mais eficientes de mercado, constitui elemento fundamental para assegurar a atratividade de investimentos e a expansão sustentável da matriz energética brasileira.

7. Após o exposto pelo Sr. Victor Iocca, o Deputado Paulo Guedes, em sua manifestação, fez referência ao empreendimento hidrelétrico de Três Marias, destacando sua relevância histórica e estratégica para o sistema elétrico nacional, especialmente no contexto da regularização de vazões e da segurança energética. Ressaltou que a usina desempenha papel fundamental no equilíbrio do sistema, contribuindo para a estabilidade da geração e para o atendimento da demanda em diferentes regiões do país.

8. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Júlio César, especialista em regulação na ANEEL, que em síntese destacou os desafios enfrentados pelo setor de energia renovável diante do cenário de cortes de geração (*curtailment*), enfatizando os impactos negativos sobre a previsibilidade de receitas e a sustentabilidade econômico-financeira dos empreendimentos. Ressaltou que tais condições têm contribuído para o aumento da percepção de risco no setor, dificultando o acesso a financiamento e a viabilização de novos projetos. Ademais, apontou a necessidade de aprimoramentos no ambiente regulatório e de medidas que promovam maior segurança jurídica e estabilidade, de modo a restabelecer a confiança dos investidores e assegurar a continuidade da expansão das fontes renováveis no país.

9. Na sequência, foi passada a palavra ao Sr. Rui Guilherme, presidente da APINE, que abordou os desafios estruturais do setor elétrico relacionados à crescente participação das fontes renováveis, com destaque para os impactos dos cortes de geração (*curtailment*) sobre a operação do sistema e a viabilidade econômica dos empreendimentos. Ressaltou a necessidade de aprimoramento do planejamento setorial e da expansão da infraestrutura, especialmente no que se refere à transmissão de energia, de modo a reduzir restrições operacionais e assegurar maior eficiência no escoamento da geração. O expositor enfatizou, ainda, a importância da adoção de medidas que promovam maior equilíbrio entre oferta e demanda, bem como o fortalecimento do ambiente regulatório, a fim de garantir previsibilidade, segurança jurídica e condições adequadas para a continuidade dos investimentos no setor de energia renovável.

10. Foi passada a palavra ao Sr. Leonardo Ferreira, Secretário Adjunto MDIC, que abordou os impactos do atual cenário do setor elétrico sobre o financiamento de projetos de energia renovável, destacando que a recorrência dos cortes de geração tem comprometido a previsibilidade de receitas e aumentado a percepção de risco por parte dos agentes financiadores. Ressaltou que tal contexto dificulta a estruturação de novos projetos e a manutenção dos empreendimentos já em operação. O expositor enfatizou, ainda, a necessidade de fortalecimento do ambiente regulatório e da adoção de medidas que promovam maior segurança jurídica e estabilidade, de modo a restabelecer a confiança dos investidores e viabilizar a continuidade dos investimentos no setor de energia renovável.

11. Na sequência, foi concedida a palavra à Sra. Fernanda Delgado, CEO da ABIHV, que em sua exposição apresentou considerações acerca do papel estratégico do setor de energia renovável no desenvolvimento econômico e na transição energética do país, destacando o potencial do Brasil em função da elevada participação de fontes limpas em sua matriz elétrica. A expositora ressaltou que apesar das vantagens competitivas o setor enfrenta desafios relevantes, especialmente no que se refere à previsibilidade regulatória e às condições de financiamento, impactadas pelo cenário de cortes de geração (*curtailment*) e pela necessidade de maior coordenação entre expansão da oferta e crescimento da demanda. Destacou ainda a importância do aprimoramento dos sinais econômicos e do planejamento energético, bem como da adoção de políticas públicas que incentivem a eficiência

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

do mercado, o equilíbrio sistêmico e a sustentabilidade dos investimentos no longo prazo. Por fim, enfatizou a necessidade de integração entre os diversos agentes do setor com vistas à construção de soluções estruturais que assegurem segurança jurídica, atratividade de investimentos e continuidade da expansão das fontes renováveis no país.

12. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi concedida a palavra ao Sr. Paulo Sehm, Diretor da ABIAPE, que em sua exposição abordou os impactos do cenário atual do setor elétrico sobre a operação e a sustentabilidade dos empreendimentos de geração, com ênfase nos efeitos decorrentes dos cortes de geração. Além disso, destacou que as restrições operacionais do sistema aliadas à crescente participação de fontes renováveis intermitentes têm imposto desafios adicionais ao planejamento e à gestão da geração, resultando em limitações no escoamento da energia produzida e na necessidade de redução compulsória da geração em determinados períodos. Ressaltou ainda que tais fatores impactam diretamente a previsibilidade de receitas dos empreendimentos, elevando a percepção de risco e dificultando tanto a manutenção quanto a viabilização de novos investimentos no setor. Por fim, enfatizou a necessidade de aprimoramento do planejamento setorial e da infraestrutura do sistema elétrico, bem como da adoção de medidas que promovam maior estabilidade regulatória e segurança jurídica, de modo a assegurar condições adequadas para a continuidade da expansão das fontes renováveis no país.

13. Foi concedida a palavra ao Sr. Sérgio Brasil, CEO da Renova Energia, que em síntese, abordou os impactos do cenário atual do setor elétrico sobre a sustentabilidade dos empreendimentos de energia renovável, com destaque para os efeitos dos cortes de geração (*curtailment*) na redução da produção e na previsibilidade de receitas. Ressaltou que tais fatores têm contribuído para o aumento da percepção de risco e para a retração de investimentos no setor. Além disso, enfatizou a necessidade de adoção de medidas que promovam maior estabilidade regulatória, aprimoramento do planejamento e fortalecimento do ambiente de negócios, de modo a assegurar condições adequadas para a continuidade dos investimentos e o desenvolvimento sustentável da matriz energética nacional.

14. Em seguida o Sr. Heber Galarce, presidente da INEL, abordou os desafios relacionados à operação do sistema elétrico diante da crescente participação das fontes renováveis, com destaque para os impactos dos cortes de geração sobre a eficiência do sistema e a viabilidade dos empreendimentos. Ademais, ressaltou a necessidade de aprimoramento do planejamento e da coordenação entre geração e transmissão, bem como a adoção de soluções que promovam maior equilíbrio entre oferta e demanda, a fim de reduzir restrições operacionais e assegurar maior previsibilidade ao setor. Por fim, enfatizou a importância do fortalecimento do ambiente regulatório e da implementação de medidas estruturais que garantam segurança jurídica e condições adequadas para a continuidade da expansão das fontes renováveis no país.

15. Em seguida, foi passada a palavra à Sra. Camilla de Andrade, que abordou de forma aprofundada os desafios enfrentados pelo setor de energia renovável no que se refere ao financiamento dos empreendimentos, especialmente diante do cenário de cortes de geração (*curtailment*). Destacou que a recorrência desses eventos tem impactado diretamente a previsibilidade de receitas dos projetos, comprometendo sua estabilidade econômico-financeira e gerando incertezas quanto à capacidade de cumprimento das obrigações assumidas junto a instituições financiadoras. A expositora ressaltou que tal contexto tem levado à reavaliação do risco do setor por parte dos agentes financeiros, resultando em maior cautela na concessão de crédito, elevação do custo de financiamento e, em alguns casos, restrição ao acesso a novos recursos. Nesse sentido, enfatizou que o ambiente atual tem dificultado tanto a estruturação de novos projetos quanto a sustentabilidade daqueles já em operação. Ademais, destacou que a superação desses desafios não se limita à criação de instrumentos financeiros, sendo fundamental o fortalecimento do ambiente regulatório, com a promoção de maior previsibilidade, estabilidade normativa e segurança jurídica, de modo a restabelecer a confiança dos investidores e viabilizar a continuidade dos aportes no setor. Por fim, destacou a importância da construção de soluções estruturais e coordenadas entre os diversos agentes do setor elétrico, com vistas à mitigação dos riscos associados aos cortes de geração e à criação de condições adequadas para a expansão sustentável das fontes renováveis no país.

16. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi concedida a palavra ao Sr. Eduardo Müller, diretor executivo do Instituto Acende Brasil, que, em sua exposição, abordou os desafios enfrentados pelo setor de energia elétrica, especialmente no contexto da expansão das fontes renováveis e dos impactos decorrentes dos cortes de geração. Destacou que tais eventos têm afetado a previsibilidade operacional e econômica dos empreendimentos, gerando incertezas relevantes para os agentes do setor. Também ressaltou que as limitações na infraestrutura de transmissão e o descompasso entre a expansão da geração e a capacidade de escoamento da energia produzida constituem fatores centrais para a ocorrência dessas restrições, evidenciando a necessidade de aprimoramento do planejamento setorial e da coordenação entre os diversos elos do sistema elétrico. Destacou ainda que os impactos do atual cenário não se restringem à operação do sistema, mas se estendem ao ambiente de negócios, influenciando a percepção de risco, o custo de capital e a atratividade de novos investimentos no setor de energia renovável. Por fim, enfatizou a importância da adoção de medidas estruturais e regulatórias que promovam maior previsibilidade, eficiência e segurança jurídica, de modo a assegurar condições adequadas para a continuidade da expansão da matriz energética e a sustentabilidade dos empreendimentos no longo prazo.

17. Foi passada a palavra ao Sr. Bernad Fernandes, especialista no ONS, que abordou os desafios enfrentados pelo setor de energia renovável no atual contexto do sistema elétrico, com destaque para os impactos dos cortes de geração sobre a previsibilidade de receitas e a viabilidade econômica dos empreendimentos. O expositor ressaltou a necessidade de aprimoramento do planejamento setorial e da infraestrutura, especialmente no que se refere à expansão da transmissão, de modo a reduzir restrições operacionais e assegurar maior eficiência no escoamento da energia gerada. Por fim, enfatizou a importância do fortalecimento do ambiente regulatório e da adoção de medidas que promovam maior segurança jurídica e estabilidade, com vistas à retomada da confiança dos investidores e à continuidade dos investimentos no setor.

18. Dando continuidade às exposições, foi concedida a palavra ao Sr. André Krauss, representante do MME, que, em sua manifestação, abordou os desafios relacionados ao atual cenário do setor elétrico, especialmente no que se refere à expansão das fontes renováveis e aos impactos decorrentes dos

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

cortes de geração. Além disso, destacou que tais eventos têm afetado a previsibilidade operacional e econômica dos empreendimentos, gerando incertezas relevantes para os agentes do setor. O expositor ressaltou que o descompasso entre a expansão da geração e a capacidade de escoamento da energia, aliado às limitações da infraestrutura de transmissão, tem contribuído significativamente para a ocorrência de restrições operacionais, evidenciando a necessidade de aprimoramento do planejamento e da coordenação entre os diversos agentes do sistema elétrico. Destacou ainda que os impactos desse cenário se refletem diretamente no ambiente de negócios, com repercussões sobre a percepção de risco, o custo de capital e a atratividade de novos investimentos, especialmente no segmento de fontes renováveis. Por fim, enfatizou a importância da adoção de medidas estruturais e regulatórias que promovam maior previsibilidade, estabilidade e segurança jurídica, de modo a assegurar condições adequadas para a continuidade da expansão da matriz energética e o fortalecimento do setor no longo prazo.

19. Encerradas as exposições, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos os participantes e destacou a importância das contribuições apresentadas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao setor de energia renovável no país.

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF n.º 56.513

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146